

**PROCESSO** - A. I. Nº 232941.0304/04-0  
**RECORRENTE** - CEREALISTA FORTALEZA LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0276-02/04  
**ORIGEM** - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTERNET** - 29/10/2004

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0298-12/04

**EMENTA:** ICMS. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Infração caracterizada. Rejeitadas as preliminares suscitadas. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo em face da Decisão proferida no Acórdão JJF nº 0276-02-04, em que se declarou Procedente o Auto de Infração, lavrado em 06/04/2004, para exigir o ICMS no valor de R\$4.819,48 em razão da seguinte irregularidade:

*“Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, inerente a diversas notas fiscais, capturadas pelo sistema CFAMT, não lançadas e nem apresentadas pelo contribuinte, referente ao exercício de 2003, conforme documentos e demonstrativos às fls. 7 a 49 do PAF.”*

O autuado apresentou sua impugnação, às fls. 54 a 56 dos autos.

O autuante, em sua informação fiscal, à fl. 59, ressalta que as razões de defesa em nada modificam o valor do imposto a ser pago, por não terem cabimento nem amparo legal. Aduz que o autuado não contesta as notas fiscais que comprovam as aquisições das mercadorias, apenas diz que não as recebeu.

A 2ª JJF decidiu pela Procedência do Auto de Infração com fundamento no seguinte voto:

*“Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS, no valor de R\$4.819,48, relativo a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, com base nas notas fiscais recolhidas através do CFAMT, anexas às fls. 8 a 30 do PAF.”*

*Inicialmente, deve-se ressaltar que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais previstas, não ensejando em qualquer violação ao devido processo legal e a ampla defesa do contribuinte, sendo realizado dentro dos ditames legais, cujo ato foi praticado por servidor competente, contendo elementos suficientes para se determinar, com segurança, as infrações e o infrator, proporcionado ao sujeito passivo amplo direito de defesa.*

*O artigo 2º, §3º, inciso IV, do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 6.284/97, tido como infringido, considera ocorrido o fato gerador do ICMS, por presunção legal de ocorrência de operações de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, sempre que a escrituração indicar entradas de mercadorias ou bens não registrados. Tal dispositivo também é previsto no art.*

*4º, §4º, da Lei n.º 7.014/96. Assim, não há de se falar que o Auto de Infração não preenche a “demanda”, conforme argüido pelo defendente.*

*A infração imputada ao sujeito passivo está devidamente caracterizada através da constatação de entradas de mercadorias não contabilizadas, conforme provam os aludidos documentos, o que, conseqüentemente, acarreta na presunção legal de omissão de saídas tributáveis, uma vez que o sujeito passivo não comprovou a improcedência da presunção, limitando-se apenas a negar a autoria de tais operações, o que não o exime da responsabilidade, diante das provas documentais existentes no processo, ou seja, as próprias notas fiscais, as quais comprovam e respaldam plenamente a acusação fiscal, visto que foram coletadas nos postos fiscais do trajeto das referidas mercadorias ao autuado, sendo prova suficiente da realização das operações e de suas aquisições pelo destinatário.*

*Portanto, tal constatação indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com receitas não contabilizadas, decorrentes de operações tributáveis anteriormente realizadas e também não contabilizadas, independentemente da classificação fiscal das mercadorias que estão sendo adquiridas com as referidas receitas omissas.*

*Devo ressaltar que houve equívoco no cálculo do imposto exigido no Auto de Infração, haja vista que no demonstrativo, à fl. 7 dos autos, o montante da base de cálculo apurada é de R\$48.199,80, que à alíquota 17% resulta no ICMS de R\$8.193,12, sendo exigido no referido Auto de Infração o valor de R\$4.819,48, restando portanto o valor do imposto de R\$3.373,64, ficando representado à autoridade competente a instauração de procedimento fiscal para a exigência do débito restante.*

*Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.*

O autuado inconformado com a Decisão da Primeira Instância, interpôs o Recurso Voluntário de fls. 76 a 77, alegando que:

- Preliminarmente requer a Improcedência total do Auto de Infração e da multa sob a alegação que não preencheu no total ou parcial a demanda do Auto de Infração;
- Acusação fiscal de omissão de saída e entrada de mercadorias tributáveis que não fora apurada via contabilidade, mas através de notas faturadas em nome do autuado, que sequer recebeu tais mercadorias e também não as comprou, pois afirma desconhecer tais mercadorias, clamando por uma melhor fiscalização pelo autuante junto ao contador e também dizendo que o Auto de Infração é intempestivo e abusivo.

A representante da PGE/PROFIS, Sylvia Maria Amoêdo, por sua vez, diz que a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis é uma exigência legítima, indeferindo a matéria preliminar, por não atender ao princípio de clareza, e, quanto ao mérito aduz que o autuado não aduziu novos fundamentos que suscitassem a modificação da apreciação inicial, limitando-se o autuado a repetir questionamentos defensivos iniciais opinando pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

## **VOTO**

Rejeito, de início, os argumentos suscitados em preliminar pelo recorrente, porque desprovida de qualquer fundamentação legal ou fática, e, além de não atender ao princípio da clareza, é vazia de conteúdo objetivo o que impede sua apreciação.

A irregularidade fiscal apontada no Auto de Infração resta sobejamente comprovada nos autos, qual seja, *“omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas”*.

O procedimento fiscal foi realizado dentro dos ditames da legislação que o norteia. Não se trata de suposição aleatória do Fisco como quer fazer crer o recorrente em sua peça recursal. A entrada de mercadorias no estabelecimento, sem contabilização, gera a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Assim é legítima a autuação para exigir o imposto devido, estando caracterizada a infração.

Pelas razões expostas e acolhendo o Parecer da PGE/PROFIS, NEGOU PROVIMENTO ao Recurso Voluntário interposto, mantendo inalterada a Decisão de 1ª Instância.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 232941.0304/04-0, lavrado contra **CEREALISTA FORTALEZA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.819,48**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de outubro de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

MARIA DO CARMO SANTANA MARCELINO MENEZES – RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS